

Os Estados pequenos e o presidencialismo

RAUL PILLA

Parece definitivamente naufragada a candidatura do illustre sr. Nereu Ramos, vice-presidente da República e, até ná pouco, presidente do Partido Social Democrático. Nenhuma candidatura parecia mais natural, nenhuma mais sólida: era a candidatura do presidente do partido do governo.

Entretanto, tal candidatura naufragou miseravelmente. Fêz água, dando em cheio contra a oposição do presidente da República, que é e cada vez mais será, enquanto se mantiver o atual regime, o grande eleitor. Fêz água e não houve recursos de engenharia naval, que lhe evitassem o afundamento.

Por que não conseguiu fiutuar, apesar de apoiado por grande maioria da sua agremiação, o nome do homem a cuja ação vigorosa mais deve o Partido Social Democrático? Por uma razão: o sr. Nereu Ramos é político de um Estado pequeno. Tivesse êle atrás de si um Estado como Minas e São Paulo, e poderia, talvez, manter-se a sua candidatura, não obstante a má vontade do presidente da República. Mas, com eleitorado pequeno e tesouro pobre, muito desigual seria a luta. Não temos, em verdade, grandes políticos; o que há são políticos de grandes Estados. Importa muito menos a estatura dos homens, que o tamanho dos Estados de que êles procedem.

Ora, muito diversa era a situação no Império. As províncias pequenas, tanto como as grandes, forneciam ao país não só ministros, mas também chefes de gabinete. A tal respeito, não havia distinção entre províncias grandes e províncias pequenas. Minas não preteria Sergipe. O mérito dos homens é o que importava.

Que sucedeu no Brasil, para que tal situação se alterasse? Sucedeu, em primeiro lugar a federação. Mas a federação seria contraditória e contraproducente, se em vez de igualar e libertar as unidades federadas, as pusesse em nova e pior sujeição, se em vez de as submeter à Nação, as submetesse às unidades mais poderosas. Além da federação, que era uma necessidade, sucedeu, porém, no Brasil o presidencialismo, que foi e continua sendo uma desgraça. Na grande arena que foi o parlamento do Império, só o mérito contava e podia contar. Ao partido que ia ascender ao poder, pouco importava que o chefe do governo fôsse desta ou daquela província, porque o seu interesse era lançar mão dos homens mais capazes de que dispusesse. Mais pesava na mecânica do sistema uma província pequena com grandes homens, do que uma província grande com homens medíocres.

Se os Estados pequenos se quiserem erguer da prostração em que jazem, terão de recorrer ao sistema parlamentar, onde o mérito pesa mais que tudo.